

Indeniza  o por corpo estranho em alimento independe de ingestão

A aquisi  o de produto alimentício com corpo estranho, ainda que não ocorra a ingestão de conteúdo, dá direito   compensa  o por danos morais, dada   ofensa ao direito fundamental   alimenta  o adequada, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana.

123RF



Em um dos casos julgados, consumidor encontrou insetos em pacote de macarrão
123RF

Com esse entendimento, a 3  Turma do Superior Tribunal de Justiça sedimentou a própria jurisprudência com o julgamento de três casos nesta terça-feira (4/8), em sessão por videoconferência. As decisões foram unânimes, todas de relatoria da ministra Nancy Andrighi.

O posicionamento diverge do adotado pela 4  Turma, para a qual o dano são ocorre a partir da ingestão do produto considerado impróprio, ou ao menos se ele for levado à boca. A divergência poderá ser eventualmente dirimida em julgamento da 2  Se  o.

Na visão da 3  Turma, a presença de corpo estranho em alimento caracteriza defeito do produto, conforme o artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor, e expõe a risco concreto de dano   saúde e segurança.

"A simples comercializa  o do produto contendo corpo estranho possui a mesma consequência negativa   saúde e à integridade física do consumidor que sua ingestão propriamente dita", afirmou a ministra Nancy Andrighi, ao ler a ementa do primeiro caso julgado.

Gustavo Lima



Para a ministra Nancy Andrighi, não é preciso ingerir produto com corpo estranho para ocorrer dano indenizável
Gustavo Lima

Hipóteses

No recurso em questão, o consumidor encontrou larvas em uma barra de cereal. Informado do problema, o fabricante enviou nova caixa do produto, também com presença de corpo estranho. O Tribunal de Justiça do Paraná determinou indenização de R\$ 6 mil, mantida pelo STJ.

Os outros dois casos foram julgados em segunda instância pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Um deles, da 30ª Câmara de Direito Privado, seguiu a jurisprudência da 3ª Turma e condenou a indenizar em R\$ 5 mil por resíduos sólidos encontrados dentro de garrafa cerveja que não chegou a ser aberta.

O último caso, a decisão do TJ-SP foi revertida pela 3ª Turma. A 33ª Câmara de Direito Privado negou indenização em caso de consumidora que comprou pacote de macarrão e, ao abri-lo, encontrou insetos.

REsp 1.876.046

REsp 1.818.900

REsp 1.830.103